

## **DESIGUALDADE DE CLASSE E GÊNERO: BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA EM MARACANAÚ-CE.**

Silmara Peixoto Moreira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Trata-se de uma pesquisa mista (qualitativa e quantitativa) que pretende discutir, dentro do marco do capitalismo contemporâneo, as desigualdades sociais no Brasil, mediante o cruzamento de fontes diversas (escritas e orais). O fio condutor de investigação dessa pesquisa, como sugere o título dá-se pelo entrelaçamento das categorias classe e gênero, especificamente de mulheres em situação de vulnerabilidade social beneficiárias do Bolsa Família no município de Maracanaú do estado do Ceará. A presente pesquisa encontra-se em andamento com entrevistas parcialmente realizadas.

**PALAVRAS CHAVE:** Gênero; Classe; Bolsa Família.

### **1 INTRODUÇÃO**

A história da política social no Brasil estar relacionado à situação econômica, política e social do país que se desenvolveu com as reivindicações da classe operária (pobre) que lutou primeiramente por melhores condições de trabalho, dentro do sistema capitalista, havia uma alarmante precarização nas condições de trabalho do proletariado que se alastrou ainda mais com a Revolução Industrial pelo mundo iniciada no século XVIII na Inglaterra.

No caso brasileiro, na década de 1980 esse processo de reação da classe trabalhadora por direitos culminou na Constituição Federal de 1988<sup>2</sup>, a qual trouxe o reconhecimento no papel dos direitos sociais que por sua vez possibilitou a criação das “políticas sociais”, no contexto da globalização para atender a reivindicações da massa trabalhadora que exigiam por seus direitos humanos e sociais, pois as indústrias (fábricas) haviam revolucionado a sociedade com máquinas modelando ao perfil capitalista, ou seja, as pessoas sendo obrigadas a venderem sua força de trabalho em condições mínimas e precárias para os burgueses (classe rica) e os trabalhadores tiveram que se submeterem a essa nova ordem social econômica, a lei da exploração do trabalho humano.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: lanaisilmara@gmail.com

<sup>2</sup> Promulgada em 05 de outubro de 1988, é atual lei suprema da República Federativa do Brasil. BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

Lênin definiu o capitalismo como “o nome dado ao sistema de Terra, as fábricas, os implementos etc., pertencentes a um número reduzido de proprietários de imóveis e capitalistas, enquanto a massa da população não dispõe de propriedade alguma, ou dispõe de pouquíssima propriedade, e é obrigada a empregar-se para trabalhar”.<sup>3</sup> Com o desenvolvimento do capitalismo o Estado assumiu o papel de “provedor de benefício” com intuito de “mascarar” a desigualdade social, e a exploração que as (os) trabalhadoras (os) são expostas (os) nesse sistema esmagador, que os impede de ter melhores condições de vida, enquanto o estado burguês tem em suas mãos o domínio da sociedade, à classe explorada que se tornaram mais subordinados com a implantação do sistema de produção capitalista baseado na automação industrial, que provocou uma mudança radical no mundo do trabalho, a substituição do trabalho vivo, pelo trabalho morto (automação), o qual tornou mais visíveis à lei mais-valia<sup>4</sup> do sistema capitalista em busca do aumento da produtividade (que por sua vez esse processo de produção da máquina mudou as relações sociais do proletariado, dividindo o trabalho entre homens e mulheres e crianças, se aproveitando da exploração do “trabalho barato” e disseminando as desigualdades entre os mesmo).

Com a má distribuição de renda, e o “assalto” ao cofre público brasileiro pelos políticos corruptos, a qualidade de vida da grande população pobre fica prejudicada e submetida à miséria, sendo obrigado aceitar as “sobras” vindas do governo capitalista como o Programa Bolsa Família que garante uma renda “mínima” com transferência direta para a população pobre, contudo não os livra da situação precária que estão submetidos os seus direitos básicos de terem uma vida digna, que o estado burguês/capitalista na realidade não está interessado em lhes oferecer, apenas segue enganando, manipulando, iludindo, e alienando a classe pobre com a política assistencialista dos programas sociais, enquanto enriquece com ajuda do sistema explorador capitalista, como nos afirma NIKTIM (1996, p. 71).

O Estado burguês salvaguarda a desigualdade sócio-econômica e política existente no capitalismo. Protege a propriedade privada capitalista dos meios de produção, serve de instrumento na exploração da classe operária e refreia a luta contra o sistema capitalista [...]. A função principal do Estado explorador é reprimir a maioria explorada e conservá-la subserviente às classes dominantes [...]. A finalidade do Estado explorador é manter e fortalecer o sistema de exploração do trabalho assalariado pelo capital.

---

<sup>3</sup> Lênin apud. P. NIKTIN, *Fundamentos da Economia Política* p. 60

<sup>4</sup> Criado por Karl Marx (1818-1883) é a expressão do âmbito da economia do sistema capitalista, que significa parte do valor da força de trabalho produzida pelo trabalhador que não é remunerada pelo patrão, capitalista/burguês, evidenciando a exploração do sistema capitalista.

## 2 PROBLEMATIZAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA E AS CONDICIONALIDADES

O Bolsa Família é a junção dos programas remanescentes de programas de transferência direta como: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás estes introduzidos no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) que permaneceu no poder por dois mandatos. O contexto social para implementação de tais Programas de Transferência de Renda se deu por um conjunto de medida de cunho neoliberal, ainda adotados no final da década 80, com a globalização e a nova ordem mundial econômica capitalista, direcionaram tais programas para esconder os problemas consequentes da expansão do sistema explorador, que de um lado enriquecia a classe dominante e de outro a fome e a miséria se expandiam entre a classe pobre. Tais reformas sociais serviam para tentar “tampar” o buraco dos feitos liberalistas<sup>5</sup>, que na verdade reformava o Estado com suas ideologias individualistas, visando seu próprio interesse político e econômico, que permanece até os dias atuais.

Em 2003, assume a Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, e ano seguinte o Bolsa Família é implantado pela lei N.º10.836, de 09 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. Porém, foi no ano de 2011 que o Programa se expandiu com a sucessora de Lula, presidenta Dilma Rousseff, e em 2 de julho de 2011, o governo lança, por meio do decreto N.º7.492, o “Plano Brasil Sem Miséria” (coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS, que possui ajuda de mais 22 ministérios) com intuito de superar a extrema pobreza no país até o final de 2014. Assim, com o “Brasil Sem Miséria”, os cálculos dos benefícios do programa são modificados para as famílias mais pobres, e segundo dados do programa todas as famílias beneficiadas superam o patamar da extrema pobreza, ou seja, com renda mensal familiar inferior a R\$ 77,00 por pessoa.

O responsável pelo cadastro das famílias é o município através do Cadastro Único, nele contém dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre as (os) brasileiras (os) com renda familiar até meio salário mínimo por pessoa, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as suas características e dos seus domicílios. De acordo com os registros de julho de 2014 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos do programa Bolsa Família, o município tem

---

<sup>5</sup> O estado liberal é caracterizado pelo indivíduo que busca seu próprio interesse econômico proporcionando o bem-estar coletivo, predomina a liberdade e competitividade, naturaliza a miséria. (PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: CULTURA ACADÊMICA, 2009).

42.346 famílias cadastradas, porém destas apenas 19.425 famílias são beneficiárias, com transferência de R\$ 2.818.575,00 no mês de Agosto/2014<sup>6</sup>.

O Bolsa Família é baseado na Transferência Condicional de Renda (Conditional Cash Transfer, CCT), ou seja, a transferência está condicionada ao cumprimento de determinadas exigências na saúde e na educação, e pretende também proporcionar oportunidades de formação e capacitação profissional as (os) beneficiárias (os). (FORSBERG 2011, p. 22). As condicionalidades são:

- Saúde: As famílias comprometem-se a manter em dia a vacinação dos filhos, e a fazer visitas periódicas a serviços de saúde, tratando-se de crianças de até 7 anos de idade. Mulheres grávidas com idade entre 14 e 44 anos deverão fazer o pré-natal e o pós-natal periodicamente.
- Educação: Crianças e adolescentes na faixa etária de 6 anos a 15 anos deverão estar matriculados e apresentar uma frequência escolar de, no mínimo, 85%. Estudantes entre 16 e 17 anos deverão ter frequência escolar mínima de 75%. E crianças de até 16 anos em situação de trabalho infantil deverão ter uma frequência mínima de 85% aos serviços pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Assim, uma vez que as famílias passam a ser beneficiárias do programa, elas têm que assumir uma série de compromissos e deveres, porém o desempenho maior de responsabilidades tinha que partir do estado e municípios e não das famílias pobres. É contraditório as exigências das condicionalidades do Bolsa Família diante da realidade social em que vive a classe pobre, o governo com isso não está transferindo apenas uma renda mínima como também está transferindo a responsabilidade para essas famílias, para as mulheres beneficiárias de sua condição social, e assim acaba se isentando de suas próprias responsabilidades, pois na realidade é DEVER do Estado garantir condições básicas humana e sociais para suas cidadãs (os), (Parágrafo único da Constituição Federal de 1988). O Estado é o agente principal responsável e não as famílias pobres que necessitam de assistência por causa do sistema injusto que as exploram, a culpa da existência da pobreza em nossa sociedade não é proveniente das famílias pobres ou de sua incapacidade humana como os liberais disseminam, é consequência do sistema capitalista que tem o apoio da política corrupta do estado burguês que produz seus feitos incontroláveis e inevitáveis de desigualdade sociais.

---

<sup>6</sup> De acordo com a Secretária de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), através do Boletim Brasil Sem Miséria no Seu Município. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sagi>>.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a população de Maracanaú estimava-se em 209.057, e destes 13.240 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior à R\$70,00. Do total de extremamente pobres no município 238 (1,8%) vivia no meio rural e 13.002 (98,2%) no meio urbano e destes 6.841 (51,7%) são mulheres e 6.399 (48,3%) são homens. O censo também revelou que no município havia 1.077 crianças na extrema pobreza na faixa etária de 0 a 3 anos e 510 na faixa entre 4 a 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos totalizou 3.228 indivíduos na extrema pobreza, enquanto o grupo de 15 a 17 anos havia 923 jovens nessa situação. Foram registrados também 764 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza. A situação ainda mais alarmante é que 230 pessoas viviam sem luz, 677 não contavam com captação de água adequada em suas casas, 6.755 não tinham acesso à rede de esgoto ou fossa séptica e 1.277 não tinham lixo coletado e o que ainda pior 709 pessoas não tinham nem banheiros em seus domicílios. Como pode-se exigir uma série de condições necessárias para atender aos critérios estabelecidos para permanecer no programa se o próprio setor público dos municípios e do Estado não oferece condições mínimas necessárias a população pobre ter uma vida digna?

Percebemos que a situação econômica do município não condiz com a situação social da classe pobre residentes deste, mesmo sendo o 2º maior do Estado financeiramente, está abaixo dessa posição nos critérios de desenvolvimento humano da população. Como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento 2010

<b>Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento 2010</b>	<b>Valor</b>	<b>Posição no Ranking</b>
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)	57,87	3
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,686	6
Índice de Desenvolvimento Social de oferta (IDS-O)	0,486	7
Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R)	0,620	7

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Por a economia de Maracanaú está centrado fundamentalmente no setor industrial e no comércio, o município é o segundo maior arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além da receita de outros impostos internos, também possui o 2º maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, como mostra tabela 2 e 3 abaixo das financeiras públicas do município:

<b>Tabela 2 - Produto Interno Bruto (PIB) - 2011</b>	<b>Município</b>	<b>Estado</b>
Discriminação	Maracanaú	Ceará
PIB a preço de mercado (R\$ mil)	4.797.824	87.982.450
PIB per capital (R\$ 1,00)	22.710	10.314
PIB por setor (%)		
Agropecuária	0,06	4,7
Indústria	47,21	22,22

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) /Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

<b>Tabela 3 - Receita Estadual arrecadada 2013</b>			
Discriminação	Maracanaú	Ceará	% sobre o Estado
Receita total	577.148.826	9.370.905.688	6,16
Receita tributária	574.548.057	9.308.487.171	6,17
ICMS	562.790.500	8.705.388.724	6,46
Outros	11.757.557	603.098.447	1,95
Demais receitas	2.600.769	62.418.517	4,17

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

Nota: Não foram considerados ajustes e anulações de receitas

Como podemos perceber a situação financeira do município é superior até a transferência total feito pelo programa do governo para as famílias beneficiárias que nele residem, o que evidencia o acúmulo de capital concentrando nas mãos da minoria (classe rica), enquanto a maioria da população pobre necessita do amparo desse programa para garantir no mínimo sua alimentação. Isso evidencia as condições sócias precárias que são dadas pelo estado burguês para população pobre, os orçamentos públicos arrecadados não chegam até essas famílias, ao contrário do que se disseminam pelos liberalistas, não é por falta de incapacidade humana que essas pessoas não conseguem se desenvolverem economicamente, mas pelo contexto social que as mesmas estão inseridas, exceto que existam algumas pessoas que conseguem vencer sua situação econômica, porém não é a realidade da maioria das pessoas pobres, essa não é a ordem dos fatores dentro do sistema capitalista, a classe pobre é tratada desigualmente em nossa sociedade, as oportunidades são poucas, as chances de consegui-las são mínimas diante das desigualdades sociais existente no país.

### **3 DESIGUALDADE DE GÊNERO E A LUTA DO MOVIMENTO FEMINISTA**

Mirian Grossi (1996, p. 3), fala que o estudo de gênero e as relações de gênero em nosso país, surgiram entre a década 70 e 80 em torno da problemática da condição feminina, do que significava ser mulher. Afinal qual era seu papel? Numa sociedade fortemente

dominada por homens, a opressão pelos os mesmos eram inevitáveis, o que constantemente influenciava diretamente na vida e na significação do que era ser mulher e qual era seu papel em nossa sociedade. Mediante isso os primeiros estudos inicialmente se pensavam que havia um problema da mulher que deveria ser pensado pelas mulheres, ou seja, que as mulheres se reunissem sem homens, pois os mesmos haviam as silenciado, assim nos grupos feministas pensava-se que era necessário que as mulheres reunissem sem os homens para garantir a sua palavra.

Estes primeiros estudos que se inicia no Brasil com a tese defendida por Heleieth Saffioti, no final dos anos 1960, intitulada “*A mulher na sociedade de classes*”, tinham a preocupação de estudar a opressão da mulher nas sociedades patriarcais, o livro que influenciou esse pensamento é o de Engels chamado “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*”, no qual o autor defende que a mulher foi à primeira propriedade privada do homem, transformando as relações sociais inicialmente matriarcado, ou seja, sob o poder das mulheres, para o patriarcado que seria o poder dos homens. Nesta época uma série de estudos que tinham como objetivo mostrar por lado que as mulheres das classes trabalhadoras eram mais oprimidas que as outras: por outro, que havia uma mesma opressão de todas as mulheres independente do lugar que elas ocupavam na produção, todas eram oprimidas pela ideologia patriarcal (*ibidem*, p. 4).

Cecília Toledo (2014, p. 16-17) diz que pesquisas realizadas por Morgan e Bachofen no século XIX afirmavam que nem sempre a mulher foi oprimida, e que em algumas sociedades primitivas houve um período de matriarcado e posteriormente essa tese foi confirmada pela antropologia e isso revolucionou e causou escândalos principalmente nas sociedades conservadoras da época, porém foi através dessas descobertas que Engels incorpora em seus estudos sobre o surgimento da propriedade privada derrubando a concepção burguesa de que a mulher já nasceu oprimida, e que a causa dessa opressão era sua inferioridade natural em relação ao homem.

Engels demonstra que a base da opressão da mulher é fundamentalmente econômica, que para mudar isso precisaria transformar a sociedade definitivamente através do caminho do socialismo defendido por Marx.

O Marxismo proporcionou, pela primeira vez, uma base materialista científica, não só para o socialismo, mas também para a causa da libertação da mulher. Expôs as raízes da opressão da mulher, sua relação com um sistema de produção baseado na propriedade privada, com uma sociedade dividida entre as classes possuidora e outra produtora de riquezas [...] (TOLEDO, 2014, p.11).

Por muito tempo as lutas silenciadas fizeram parte do cotidiano de nós mulheres diante de uma sociedade capitalista, patriarcal e conservadora a luta da classe pobre operária por seus direitos humanos não atendia as demandas emergentes sofridas pelas mulheres operárias o que fez com que elas reivindicassem seus direitos separados dos homens operários, pois os mesmos não sofriam dupla opressão (capitalismo e machismo), que se intensificou em 1867 após a ideologia machista disseminada por Proudhon, que dizia, por exemplo, que a função da mulher era a procriação e as tarefas domésticas e que, portanto, a mulher que trabalhava fora de casa estava roubando o trabalho do homem. Ele chegou até a propor que o marido tivesse direito de vida ou morte sobre a mulher, em casos de desobediência ou falta de caráter, mediante a uma relação aritmética, a inferioridade do cérebro feminino em relação ao masculino (TOLEDO, 2014, p.13).

Por esses motivos é que a trajetória de luta das mulheres operárias por direitos humanos no enfrentamento contra o estado burguês foi bem mais difícil, pois este não tinha interesse em promover a “igualdade” de gênero diante do sistema explorador (capitalista) que se favorecia com o “trabalho barato” das mulheres e das crianças enquanto as mesmas eram impedidas de participar da vida política e das decisões que favoreciam a classe burguesa dominada por homens que consequentemente fortaleciam o regime patriarcal (dominação masculina) que cada vez mais silenciavam as vozes das mulheres, diante disso os capitalistas se aproveitavam para disseminar a divisão sexual e social do trabalho entre homens e mulheres. Cecília Toledo (2014, p. 15) afirma:

[...] O trabalho da mulher e das crianças, apesar de ser tão penoso e estafante quanto dos homens, apesar de ser tão produtivo e submetido à mesma legislação trabalhista é considerado trabalho barato. Essa qualificação não tem qualquer respaldo na realidade concreta, mas interessa ao capitalista mantê-la porque ela lhe traz inúmeras vantagens: permite pagar salários mais baixos em troca desse suposto “trabalho barato”; aumenta a concorrência entre homens e mulheres; amplia o exército industrial de reserva e rebaixa o teto salarial de toda a classe trabalhadora.

Mediante a luta das mulheres por seus direitos humanos contra o estado burguês e o capitalismo, o governo brasileiro como estratégia política por causa da reivindicação do movimento feminista por mudanças econômica, política e social, adotou medidas “reformistas” contra a discriminação e a desigualdade de gênero o que permitiu a criação, por exemplo, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher<sup>7</sup> a qual foram nomeadas conselheiras expressivas de liderança da sociedade civil, assim ao governo assumia o compromisso formal

---

<sup>7</sup> O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi criado pela Lei 7.353, de agosto de 1985, pelo presidente José Sarney, com a finalidade de promover, em âmbito nacional, políticas que obtivem eliminar a discriminação contra a mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.



para criação de políticas públicas voltadas para assegurar os direitos das mulheres. Todas as ações políticas foram emergentes das demandas da sociedade civil da luta da classe operária contra o estado burguês, nada foi nos dado por bondade dos governantes e sim por estratégias políticas adotadas por estes, para que não chegássemos a uma possível revolução junto com toda a classe operária, porém muitas mulheres que lutaram por seus direitos, que enfrentaram o sistema capitalista dos burgueses e o patriarcado tiveram suas vidas ceifadas violentamente, como às mulheres tecelãs que morreram carbonizadas depois de uma manifestação em 08 de março de 1857, na cidade de Nova Iorque.

Muitas mulheres ainda hoje são mortas diariamente, vítimas de violência doméstica, estupro, dentre outros crimes frutos da opressão machista constante, essa ideologia é atual e reproduzida por diferentes pessoas de diversas classes, infelizmente o machismo atingiu diferentes dimensões que tira a autonomia e a liberdade das mulheres. A resistência feminina operária veio com os movimentos sociais feministas, sindicalismo, ONG'S, dentre outras, essas resistências também foram essências para luta política pela democracia principalmente no contexto de regime militar da ditadura que iniciou em nosso país ano de 1964, e essa contribuição das mulheres para a sociedade nacional é na maioria das vezes ignorada e invisibilidade, a participação das mulheres operárias na construção da democracia brasileira continua sendo importantíssima na busca de uma sociedade livre de exploração capitalista, democrática, entre homens e mulheres, entre as classes, e isso só é possível através da revolução socialista.

Há contradições do estado burguês em nossa sociedade, de um lado permite reformas políticas “democráticas” para o reconhecimento dos nossos direitos humanos e sociais, porém por outro os mesmos direitos conquistados são violentados dentro do sistema capitalista e pela ideologia machista, que continuam negligenciando e desrespeitando a dignidade e a liberdade das mulheres. Isso demonstra que a democracia burguesa é uma democracia feita de frases pomposas, de expressões altissonantes, de promessas grandiloquentes, de belas palavras de ordem e de liberdade e de igualdade, mas na realidade, dissimula a falta de liberdade e de igualdade da mulher, a falta de liberdade e de igualdade das (os) trabalhadoras (os) e exploradas<sup>8</sup> (os).

Infelizmente os programas de políticas sociais criados pelo estado burguês para nós não atende todas as nossas necessidades, pois ainda vivemos dentro de um cenário machista que nos oprime junto com sistema explorador (capitalista) que desde o surgimento da

---

<sup>8</sup> V. I LÊNIN apud Cecília Toledo (rg). Obras Complementares, vol. XXIV. São Paulo: 2014. p. 132-134.

máquina (industrial) cada dia se favorece da exploração do nosso “trabalho barato” e da nossa vulnerabilidade social, prova disso, por exemplo, é que muitas mulheres necessitam do amparo assistencial do programa em questão, por não terem condições de suprir a sua necessidade básica que constitui no seu direito básico ontológico de alimentação sua e de sua família, por isso é importante à luta pela abolição definitiva da propriedade privada como nos afirma Lênin porque só assim será possível a libertação das mulheres trabalhadoras como também para os homens operários através do socialismo a sociedade poderá ser transformada. “Livres dessas cargas, as mulheres poderão romper com a servidão doméstica e cultivar plenamente suas capacidades como membras criativas e produtivas da sociedade, e não só como reprodutoras biológicas” (TOLEDO, 2014, p. 11).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse contexto de desigualdades de classe e gênero como acreditar que os programas sociais vão conseguir fazer as pessoas pobres principalmente nós mulheres a ultrapassar a barreira das desigualdades sociais existentes alcançando de fato a democracia e a liberdade? Apesar de muitos estudos sobre o Bolsa Família na última década como o da Walquiria Leão e Alessandro Pinzani (2013) que traz a perspectiva da autonomia feminina que o Bolsa Família pode ter proporcionado para além da esfera econômica, por serem as mulheres agentes principais deste programa, no entanto, o que o programa realmente conseguiu atender minimamente é uma renda financeira através da transferência direta para manter uma alimentação “básica” familiar (o que muitas vezes ainda não consegue suprir, pois a quantia recebida se torna pouco diante das necessidades ontológicas), essa renda não tira as mulheres mães da situação historicamente vulnerável de desigualdade de classe e gênero disseminado pelo sistema capitalista.

Muitas das beneficiárias não conseguem ter nem acesso a serviços públicos básicos de cidadania como o do saneamento, água e luz que são necessidades humanas mínimas, porém, fundamentais para a existência humana, além dos serviços sociais público de qualidade como Escola, Hospital etc., que consiste no direito básico humano de cada cidadã (o). Apesar da presente pesquisa em questão se encontrar em andamento, com entrevistas parcialmente coletadas com as beneficiárias residentes no município, percebe-se que o reformismo (reformas políticas) através de “políticas sociais”, ou seja, a ideia de que é possível melhorar o capitalismo chegando a uma sociedade socialista de igualdades de classe e gênero, para todas

(os) e para todas (os), mostra cada vez mais que é ilusão, que o marxismo há 100 anos já estava certo, o único caminho que nos levará a democracia e a liberdade de fato, a emancipação das pessoas principalmente das mulheres que sofrem dupla opressão (capitalismo e machismo) é através de revolução socialista assim como nos fala Cecília Toledo (2014, p. 31).

[...] porque os marxistas sabem que para construir o socialismo é preciso antes passar pela destruição do sistema capitalista por meio de uma revolução violenta, que não deixará pedra sobre pedra. Essa foi à primeira lição da Revolução Russa e o marco decisivo para ruptura definitiva com a burguesia e todas as variantes de correntes de grupos “de esquerda” reformista que, mesmo “sonhando” com o socialismo, se recusavam a aceitar a ideia crítica da revolução.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUDIER, Pierre. **A dominação masculina**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

FORSBERG, Anna Maria. **Gestão Pública e o Programa Bolsa Família**: um estudo comparado de órgãos federais do Brasil. Recife: Bagaço, 2011.

IPCE - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil Básico Municipal**. Maracanaú, 2014.

MARK, Kalr; ENGELS, Friedrich. Feuerbach: oposição das concepções materialista e idealista. In: MARK, Kalr; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Moraes, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **O Brasil Sem Miséria no seu Município**. Maracanaú, 2015.

NIKITIN, P. **Fundamentos de economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

REGO, Walquiria Leão. PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: UNESP, 2013.

TOLEDO, Cecília (Org). **A Mulher e a luta pelo socialismo**: clássicos do marxismo. 2 ed. São Paulo: Sundermann, 2014.